

## NOTAS E INFORMAÇÕES

## Palavras com endereço e peso

Aos poucos, a “Irmandade da Economia” vai deixando entrever que as diretrizes básicas do pensamento de seus membros, por mais bem que tenham sido disfarçadas ao longo desses dez meses, continuam as de sempre. Aliás, não se culpem apenas a “Irmandade” e o trotskismo de quinta-geração, o da “negociação permanente”, pelo que irá acontecer ao Brasil. A ação da “Irmandade” merece crítica maior pelo que tem de espetaculoso; tão culposos quanto essa, no entanto, são os restos do terceiro-mundismo que ainda influenciam a política externa brasileira, uma e outros conduzindo a um isolamento do País dos centros de decisão neste momento crucial de nossa história. A juventude da “Irmandade” não lhe permite tirar as consequências dos fatos que todos os dias golpeiam as portas do Estado brasileiro. A herança mal havida do chauvinismo de grande potência do governo Geisel leva a administração brasileira a comportar-se como se o País fosse o centro do mundo e não dependesse do Exterior para poder realizar seu desenvolvimento econômico e atingir níveis pelo menos razoáveis de justiça social.

A suspensão das negociações sobre a dívida externa, anunciada pelo presidente do Banco Central (BC) como se a regularização do contencioso fosse assunto que interessasse apenas aos credores, os outros, espelha bem esse tipo de mentalidade que grassa em Brasília. “Os bancos — segundo Ibrahim Eris — terão de

esperar mais uns dias” até o governo poder fazer avaliação mais precisa dos impactos do Plano Collor 2. Pelo tom do presidente do BC, a questão do pagamento dos atrasados diz respeito a quem tem de receber — no que afinal tem razão, se for verdadeira a anedota do devedor que decidiu fazer o credor passar noites insones ao comunicar-lhe que não pagaria a promissória na data do vencimento. Sucede que Eris e quem autorizou, por sobre ele, o adiamento das negociações não estão levando na devida conta o que significa o arresto dos barcos do Lloyd Brasileiro. Não querem ver que, no instante em que alguns credores se cansarem desse jogo de empurra-empurra, em que a disposição consciente de não pagar recebe o nome de defesa da soberania, a situação brasileira no Exterior poderá alterar-se. Na verdade, é tempo de compreenderem em Brasília que não se pode pretender abrir produtivamente o País ao capital estrangeiro (isto é, sem transformar o território nacional numa imensa zona franca), dizendo aos credores que voltaremos a conversar com eles quando tivermos todas as informações que considerarmos relevantes.

O acesso ao Primeiro Mundo foi uma das grandes bandeiras do presidente eleito Fernando Collor em sua viagem aos Estados Unidos.



Ora, esse acesso, pressupõe, além de tratar os capitais estrangeiros sem discriminações, aquilo que no jargão diplomático norte-americano se chama de “responsabilidade”, vale dizer, a disposição de aceitar os ônus decorrentes da adoção de políticas consentâneas com os propósitos perseguidos no campo internacional.

Quem, aliás, voltou a lembrar ao governo brasileiro que pertencer ao seleto clube dos que decidem implica ser responsável foi o embaixador norte-americano no Brasil, comentando não apenas o desejo brasileiro de ascender ao Primeiro Mundo, mas também a atitude do Itamaraty diante do conflito do Golfo Pérsico. Conforme noticiamos ontem, estudos feitos pelas autoridades norte-americanas de Washington indicam que Cuba, Bolívia e Brasil (nesta ordem) são os países que menos se solidarizaram com a ação da coligação ocidental em cumprimento às determinações da ONU e os que mais críticos se manifestaram em relação ao envolvimento dos Estados Unidos na área. Ora, como que complementando essa avaliação feita em Washington, o embaixador Richard Melton, em entrevista à **Gazeta Mercantil**, depois de elogiar o Plano Collor 2, lembrou que para “atuar como membro do Primeiro Mundo é preciso assumir responsabilidades”. O importante a assinalar —

mensagem que, ao que parece, não está sendo ouvida em Brasília, no Itamaraty, no Planalto, onde quer que seja — é que o embaixador transmite claro recado sobre como será o mundo de amanhã. Possivelmente, S. Exa. esteja reforçando os temores do chanceler Rezek sobre a “unipolaridade”. Por isso mesmo, no entanto, é que suas palavras devem ser ouvidas com mais atenção: “As vozes construtivas que serão ouvidas depois da guerra não serão as daqueles países que não se envolveram agora”. Por curiosa coincidência, noticiava-se no mesmo dia, de Washington, que se começa a acreditar em círculos econômicos que seguem de perto as relações Brasil-EUA que o final do conflito no Golfo assinalará um agravamento nas relações entre os dois países.

Não é apenas o caso do Brasil. Na Europa, a Grã-Bretanha deixou claro que os países da CEE que não se engajaram não terão que dizer sobre o futuro do Iraque. Ou, como reiterou o embaixador Melton, não há, no caso do Golfo, a hipótese de alguém ser mediador.

No conflito do Golfo, os dados foram lançados em escala planetária. Só em Brasília é que se pensa com parâmetros de estrada de ferro de bitola estreita. Por isso é que o governo despreza os credores privados externos e insiste em agir como se o mundo só sobrevivesse porque o Brasil existe — com a graça de Deus e por obra da ação da “Irmandade”, que às vezes pensa ser, D’Ele, o Profeta!